

MINICURSO: ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

**Período: 03 de maio (quinta-feira), das 19h às 22h
e 04 de maio de 2018 (sexta-feira), das 9h às 12h**

Local: Auditório das Promotorias de Justiça de Campinas
Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, n. 340, 1º andar – Jd. Santana

Palestrante: Lauro Luiz Gomes Ribeiro

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo
Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Conteúdo do Minicurso:

1º Dia: 03 de maio de 2018 (quinta-feira), das 19h às 22h

I – Breve histórico deficiência: integração/inclusão;
II – Marcos legais: CF/88, Convenção da ONU; Lei 7.853/89 e LBI – 13.146/15 (Estatuto);
III - Mudança paradigma – definição e terminologia;
IV- Conceito PCD: Convenção + LBI + Decreto 3.298/99;
V – Conceitos mais usuais (art. 112): acessibilidade; desenho universal; tecnologia assistiva ou ajuda técnica; barreiras (físicas e atitudinais); adaptação razoável; pessoa com mobilidade reduzida; residências inclusivas;
VI – Principais eixos: direito a igualdade de oportunidade/não discriminação; direito à diferença; direito vida/saúde (habilitação e reabilitação); direito à educação (ADIN); direito à moradia; direito ao trabalho; direito assistencial e previdenciário (BCP + art. 101 e 105); direito à cultura, lazer, esporte e turismo; direito ao transporte (ADIN 5452 – locadoras e veículos adaptados); direito de acesso à informação/comunicação; direito à participação na vida pública e política.

2º Dia: 04 de maio de 2018 (sexta-feira), das 9h às 12h

VII – Acesso à justiça + MP + ACP (peculiaridades + alterações – art. 98);
VIII – Crimes e infrações administrativas;
IX – Inovações: Cadastro Nacional de Inclusão da PCD (cadastro-inclusão); auxílio-inclusão;
X – Alterações legislativas principais: CDC (art. 100); Lei de Improbidade (art. 103); Lei de Licitações (art. 104); Estatuto da Cidade (art. 113);
XI – Aplicação da Lei mais benéfica (diálogo das fontes) – art. 121;
XII – Alterações do Código Civil: capacidade civil, tomada de decisão assistida; interdição.

Público: Membros, servidores, estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo, Membros e servidores do Poder Judiciário e o público em geral.

Inscrições e informações: o evento é gratuito e as inscrições serão realizadas no **período de 16 de abril até as 11h do dia 02 de maio de 2018**, ou enquanto houver disponibilidade de vagas, pelo preenchimento de formulário on-line, disponível no site da ESMP (www.esmp.mpsp.mp.br), no link eventos.

Vagas limitadas (90 lugares).

A lista de inscritos estará disponível no site do CEAF/ESMP a partir **das 17h do dia 2 de maio**.

Será conferido certificado de participação gerado pelo próprio participante na página do evento, a partir do dia **21/05/2018**.

Realização:

Centro de Estudos E Aperfeiçoamento Funcional/Escola Superior do Ministério Público de
São Paulo
5º Núcleo Regional do CEAF/ESMP – Campinas